

Inquérito Civil n. 06.2015.00001922-5

**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA n. 0004/2022/04PJ/CON**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA** (MPSC), por seu Promotor de Justiça signatário, doravante denominado **COMPROMITENTE**, e **GILBERTO DA NHAIA**, doravante nomeado **COMPROMISSÁRIO**, brasileiro, casado, vigia, natural de Concórdia, nascido em 25/5/1976, filho de Antonio Alves da Nhaia e Ana Piva da Nhaia, RG n. 2697867/SC, CPF n. 818.502.209-72, residente e domiciliado na Rua Jaboticabal, n. 156, Petrópolis, Concórdia/SC, telefone (49) 99943-5515, no Inquérito Civil n. 06.2015.00001922-5, autorizados pelo art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/1985 e art. 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019, e

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público, pelo disposto no art. 129, III, da Constituição da República (CRFB/1988), possui, dentre suas atribuições, a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, destacando-se, neste aspecto, a proteção do direito à vida, à saúde e ao bem estar social como elementos essenciais à dignidade da pessoa humana;

**CONSIDERANDO** que o art. 14, § 1º, *in fine*, da Lei n. 6.938/1981, reconheceu o Ministério Público como órgão de proteção do meio ambiente, assegurando-lhe legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente;

**CONSIDERANDO** ser o Ministério Público, pelo disposto no art. 129, II, da CRFB/1988, encarregado de promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do Meio Ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

**CONSIDERANDO** que *"todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações"* (art. 225, *caput*, CRFB/1988);

**CONSIDERANDO** que as condutas e atividades consideradas

lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas e jurídicas, às sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (arts. 2º e 3º da Lei n. 9.605/1998);

**CONSIDERANDO** que meio ambiente é "*o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas*" (art. 3º, I, da Lei 6.938/1981), e que poluição é "*a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos*" (inciso III);

**CONSIDERANDO** que as Áreas de Preservação Permanente (APP), localizadas em cada posse ou propriedade, são bens de interesse nacional e espaços territoriais especialmente protegidos, cobertos ou não por vegetação, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

**CONSIDERANDO** a singularidade e o valor estratégico das áreas de preservação permanente que, conforme indica sua denominação, são caracterizadas, como regra geral, pela intocabilidade e pela vedação de uso econômico direto;

**CONSIDERANDO** que as áreas de preservação permanente e outros espaços territoriais especialmente protegidos, como instrumentos de relevante interesse ambiental, integram o desenvolvimento sustentável, objetivo das presentes e futuras gerações;

**CONSIDERANDO** a função socioambiental da propriedade prevista nos artigos 5º, XXIII, 170, VI, 182, § 2º, 186, II e 225, todos da CRFB/1988;

**CONSIDERANDO** que o direito de propriedade será exercido com as limitações que a legislação estabelece, ficando o proprietário ou posseiro obrigados a respeitar as normas e regulamentos administrativos;

**CONSIDERANDO** o dever legal do proprietário ou do possuidor de recuperar as Áreas de Preservação Permanente ocupadas ou com vegetação

suprimida (art. 7º, §§ 1º e 2º, da Lei n. 12.651/2012);

**CONSIDERANDO** que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas e jurídicas, as sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (arts. 2º e 3º, da Lei n. 9.605/98);

**CONSIDERANDO** o dever legal *propter rem* do proprietário ou do possuidor de recuperar as áreas de preservação permanente irregularmente suprimidas ou ocupadas;

**CONSIDERANDO** a tramitação, no âmbito nesta Promotoria de Justiça, do Inquérito Civil n. 06.2015.00001922-5, instaurado para apurar a ocorrência de dano ambiental na localidade de Linha Pinhal Poletto, interior do Município de Concórdia;

**CONSIDERANDO** que o referido inquérito civil foi instaurado a partir de informações da Ação Penal n. 00006184-33.2004.8.24.0019, deflagrada contra Gefferson Vivan, Angelo Luiz Pedrotti, Fabiano Gadler, Luciano Moserle, Rafael Gonçalves Caprioli, Peterson Vivan;

**CONSIDERANDO** que se colhem do referido procedimento elementos a indicar que o dano ambiental consistiu no corte de vegetação nativa em área de 150 metros, que atingiu área de preservação permanente - margens do Rio Lageado Guilherme -, bem como na construção de um galpão, terraplenagem e abertura de uma estrada em referido local, tudo ocorrido em 2004;

**CONSIDERANDO** que foi apresentado Plano de Recuperação da Área Degradada (PRAD), o qual inclusive já foi homologado pelo IMA em 2017 - Processo REC/11004/CAU;

**CONSIDERANDO** que, conforme vistoria realizada pelo IMA, em jun/2021, o PRAD não foi executado integralmente, pois não foi efetuado o plantio de todas as mudas apresentadas no projeto, não foi efetuado o isolamento da APP de 30 metros e não foram instalados poleiros artificiais;

**CONSIDERANDO** que, diante da intervenção ocorrida em APP, cabe a reparação ambiental e indenização pecuniária (art. 4º do Assento n. 1/2013/CSMP);

**CONSIDERANDO** que a reparação do dano ambiental deve se dar, em ordem de importância, com a restauração *in situ* e, sendo inviável, com a

compensação ecológica, mediante substituição por equivalente no local, substituição por equivalente em outro local ou indenização pecuniária (art. 4º do Assento n. 1/2013/CSMP);

## **RESOLVEM**

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

### **1. OBJETO:**

**Cláusula 1ª.** Este Termo de Ajustamento de Conduta tem como objeto a adoção de medidas reparatória e indenizatória em relação ao dano ambiental praticado **na área de 150 metros** do imóvel de matrícula n. 6.161, registrado no 2º Ofício de Registro de Imóveis de Concórdia, localizado na Linha Pinhal Poletto, interior do município de Concórdia/SC, de propriedade de **Gilberto da Nhaia**, em razão da supressão de vegetação nativa em área de preservação permanente.

### **2. OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO:**

**Cláusula 2ª.** O Compromissário obriga-se, no prazo de 180 dias corridos, a realizar o desfazimento **total** de todas as edificações realizadas sobre APP, no imóvel de sua propriedade, localizado na Linha Pinhal Poletto, interior do município de Concórdia/SC.

**Cláusula 3ª.** O Compromissário obriga-se a abster-se de qualquer intervenção na área de preservação permanente, com exceção do desfazimento **total** de todas as edificações realizadas sobre APP.

**Cláusula 4ª.** O Compromissário obriga-se a recuperar ambientalmente a área degradada, devendo, para tanto, executar rigorosamente o **PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA (PRAD)** homologado e aprovado pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA) em set/2017, de acordo com o cronograma aprovado.

**Parágrafo único.** O Compromissário deverá, observando o cronograma do PRAD aprovado, informar a esta Promotoria de Justiça sobre a conclusão das execuções do projeto, notadamente, a comprovação do plantio,

incluindo relatório fotográfico do local, de acordo com as diretrizes aprovadas pelo órgão ambiental no procedimento do PRAD.

**Cláusula 5ª.** O Compromissário obriga-se, como forma de compensação pelo dano ambiental, a pagar o valor de **R\$ 2.000,00**, em 10 prestações, vencendo-se a primeira em no dia 10 do mês seguinte à homologação do arquivamento pelo CSMP, e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes, a ser revertida ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL), do Estado de Santa Catarina, previsto no art. 13 da Lei n. 7.347/1985 e criado pelo Decreto Estadual n. 1.047/1987, mediante expedição boleto bancário, conforme disposto na sequência<sup>1</sup>.

**§ 1º.** Os boletos bancários referidos no item anterior serão remetidos pela 4ª Promotoria de Justiça ao Whatsapp do Compromissário, **(49) 99943 5515**.

**§ 2º.** O Compromissário deverá promover a juntada no Inquérito Civil n. 06.2015.00001922-5, no prazo de 10 dias corridos após o vencimento de cada parcela, de cópia do comprovante de pagamento.

### **3. DESCUMPRIMENTO:**

**Cláusula 6ª.** Em caso de descumprimento das obrigações assumidas, o Compromissário estará sujeito a protesto e às seguintes multas, que deverão ser reajustadas mensalmente pelo INPC ou índice equivalente, revertidas para o FRBL, mediante expedição futura de boleto bancário, definidas na tabela abaixo:

<b>Cláusula descumprida</b>	<b>Valor da Multa</b>	<b>Referência</b>
Cláusula 2ª	R\$ 50,00	Por dia útil de atraso
Cláusula 3ª	R\$ 50,00	Por dia útil de atraso
Cláusula 4ª	R\$ 50,00	Por dia útil de atraso
Parágrafo único da Cláusula 4ª	R\$ 50,00	Por dia útil de atraso
Cláusula 5ª	R\$ 50,00	Por dia útil de atraso

<sup>1</sup> Assento n. 001/2013/CSMP. Art. 2º. Consideram-se medidas compensatórias para fins deste Assento as seguintes modalidades: (...) d medida de compensação indenizatória: corresponde ao ressarcimento do dano mediante o pagamento de certa quantia em dinheiro. Art. 6º. Para a estipulação de medidas de compensação indenizatórias, em ajustamentos de conduta, devem ser utilizados os seguintes critérios: (...) II quando a restauração ou a recuperação do dano in natura for parcial ou resultar caracterizada a ocorrência concomitante de danos patrimoniais e/ou extrapatrimoniais derivados do ilícito, inclusive na modalidade intercorrente, é admissível a cumulação com indenização pecuniária ou com outras espécies de medidas de compensação previstas neste Assento. Disponível em: [http://portal.mp.sc.gov.br/portal/webforms/normas/detalhes.aspx?cd\\_norma=1558](http://portal.mp.sc.gov.br/portal/webforms/normas/detalhes.aspx?cd_norma=1558).

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CONCÓRDIA

§ 1º da Cláusula 5ª	R\$ 50,00	Por dia útil de atraso
§ 2º da Cláusula 5ª	R\$ 50,00	Por dia útil de atraso

**§ 1º** O não cumprimento do ajustado nas obrigações constantes das cláusulas 2ª a 5ª implicará no pagamento das multas referidas na tabela acima e na execução judicial das obrigações de fazer assumidas.

**§ 2º** As multas acima estipuladas serão exigidas independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, estando o Compromissário constituído em mora com a simples ocorrência do evento.

**Cláusula 7ª.** Eventual descumprimento das cláusulas ajustadas por caso fortuito ou força maior, ou outro importante motivador, deverá ser formalmente relatado, justificado e comprovado, hipótese em que o Ministério Público analisará e decidirá sobre a aceitação ou não da justificativa apresentada para fins de isenção das multas previstas na Cláusula 6ª.

#### **4. ALTERAÇÃO DOS PRAZOS:**

**Cláusula 8ª:** Os prazos estipulados nas Cláusulas 2ª a 5ª poderão ser estendidos, sem a formalização de termo aditivo, mediante apresentação de justificativa e de cronograma, os quais serão devidamente analisados por esta Promotoria, que deferirá ou não o pedido.

#### **5. ADITAMENTO:**

**Cláusula 9ª:** Não sendo o caso de simples modificação de prazos, as partes poderão rever o presente ajuste, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objeto o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessária.

#### **6. A POSTURA DO MINISTÉRIO PÚBLICO:**

**Cláusula 10.** O Ministério Público do Estado de Santa Catarina compromete-se a não utilizar os instrumentos jurídicos cabíveis em desfavor do Compromissário), no que diz respeito aos itens ajustados, caso estes sejam devidamente cumpridos, bem como a fiscalizar o cumprimento do presente Termo

de Ajustamento de Conduta, inclusive procedendo a eventual execução, caso haja necessidade.

## **7. DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**Cláusula 11.** Todos os prazos estipulados, salvo previsão expressa, passam a correr a partir da assinatura do presente termo de ajustamento de conduta, pelo último signatário, momento em que o acordo entrará em vigor.

**Cláusula 12.** Este acordo tem eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/1985 e art. 784, IV, do Código de Processo Civil.

**Cláusula 13.** O presente termo de ajustamento de conduta, e o inquérito em que este tramita, será arquivado e submetido à homologação do Conselho Superior do Ministério Público, conforme determinado pelo art. 9º, § 3º, da Lei n. 7.347/1985, procedendo-se à abertura de procedimento administrativo próprio para sua fiscalização.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, em três vias.

Concórdia, 10 de fevereiro de 2022.

(assinatura digital)  
**Fabício Pinto Weiblen**  
Promotor de Justiça

**Gilberto da Nhaia**  
Compromissário